

A SOCIOLOGIA NO ENSINO BÁSICO

Angela C. B. Mascarenhas

Cristina Helou Gomide ¹

cristinahelou@gmail.com

Resumo: Recentemente tivemos a inclusão da sociologia no ensino médio e de lá para cá temos nos deparado com inúmeros problemas e a constatação da extrema fragilidade desse processo de inserção da sociologia como disciplina obrigatória no ensino básico. Gostaríamos de destacar aqui um problema que entendemos ser um dos maiores entraves para um trabalho coerente e consistente com essa área de conhecimento: o fato dessa disciplina ser incluída em uma outra série do ensino médio sem nenhum vínculo com a trajetória anterior da área de ciências humanas. Aliás, todos nós sabemos que essa área nunca teve um lugar de destaque no sistema de ensino. A história e a geografia embora tenham tido sempre um lugar garantido como disciplina obrigatória, não tem sido tratadas com a devida importância. Quanto às denominadas ciências sociais – sociologia, ciências políticas e antropologia – estas nunca tiveram um lugar nos currículos escolares. O que, no nosso entendimento, significa um empobrecimento da formação de alunos e professores. Diante disto, é fundamental fazermos a discussão da inserção da sociologia no ensino básico demonstrando a riqueza e a importância dessa discussão para a área de ciências humanas. Nesse sentido, o Grupo de Pesquisas e Estudos Educação e Ciências Humanas – GEPECH – da Faculdade de Educação da UFG tem realizado investigações sobre essa temática e tem como objetivo compartilhar as reflexões promovidas até agora. O grupo já está realizando a terceira pesquisa desde sua criação. Optou-se pela realização de uma pesquisa bibliográfica versando sobre os fundamentos das ciências humanas. Temos então discutido a sociologia, assim como as demais categorias das ciências humanas em discussões teórico-metodológicas que nos conduzem às reflexões aqui apresentadas. Desse modo, nosso propósito é compartilhar as experiências vividas durante esse processo até esse momento. Como professores e professoras da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, entendemos que a discussão pode contribuir para outras pessoas da área, assim como pode nos fornecer outros caminhos de interpretação.

Introdução

Recentemente tivemos a inclusão da sociologia no ensino médio e de lá para cá temos nos deparado com inúmeros problemas e a constatação da extrema fragilidade desse processo de inserção da sociologia como disciplina obrigatória no ensino básico. Gostaríamos de destacar aqui um problema que entendemos ser um dos maiores entraves para um trabalho coerente e

¹¹ Angela C. B. Mascarenhas é doutora em sociologia e professora de sociologia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Cristina Helou Gomide é doutora em história e professora de Fundamentos e Metodologia de Ciências Humanas da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Contato: cristinahelou@gmail.com

consistente com essa área de conhecimento: o fato dessa disciplina ser incluída em uma outra série do ensino médio sem nenhum vínculo com a trajetória anterior da área de ciências humanas. Aliás, todos nós sabemos que essa área nunca teve um lugar de destaque no sistema de ensino. A história e a geografia embora tenham tido sempre um lugar garantido como disciplina obrigatória, não tem sido tratadas com a devida importância. Quanto às denominadas ciências sociais – sociologia, ciências políticas e antropologia – estas nunca tiveram um lugar nos currículos escolares. O que, no nosso entendimento, significa um empobrecimento da formação de alunos e professores.

Diante disto, é fundamental fazermos a discussão da inserção da sociologia no ensino básico demonstrando a riqueza e a importância da área de ciências humanas. Nesse sentido, o Grupo de Pesquisas e Estudos Educação e Ciências Humanas – GEPECH – da Faculdade de Educação da UFG tem realizado investigações sobre essa temática.

O grupo já está realizando a terceira pesquisa desde sua criação. Optou-se pela realização de uma pesquisa bibliográfica versando sobre os fundamentos das ciências humanas, entendendo que é importante nos debruçarmos sobre essa temática para contribuirmos com a discussão sobre o ensino de ciências humanas. Vale ressaltar que compreende-se que um ensino bem fundamentado de sociologia pode ocorrer a partir de uma sólida fundamentação teórico-metodológica, como disciplina integrante da área de Ciências Humanas desde os anos iniciais de escolaridade. Trabalha-se com a proposição da inserção da sociologia através da construção de seus conceitos básicos já nos anos iniciais da educação infantil e ensino fundamental em processo contínuo até o ensino médio. Desta forma, a

sociologia não cai como que solta no ar nesta fase de escolaridade, sem antecedentes e sem um fio condutor teórico-metodológico, porque, do contrário a sociologia no ensino médio será apenas um amontoado de conteúdos ou o discurso de algumas temáticas de forma inconsistente, não dando a grande contribuição que ela pode dar.

O grupo já realizou duas pesquisas, uma versando sobre “O Ensino de Ciências Humanas na Rede Pública Municipal de Goiânia” e outra sobre “Os conceitos fundamentais das Ciências Humanas e a formação do professor”. As pesquisas possibilitaram a seguinte conclusão: é preciso discutir com mais profundidade os fundamentos das Ciências Humanas.

É relevante destacar uma das questões levantadas aos professores sujeitos da primeira pesquisa acima citada. Ao perguntarmos que conteúdos eles trabalhavam em Ciências Humanas, várias respostas apontaram os conteúdos de Ciências da Natureza e apresentavam dificuldades na delimitação do objeto das Ciências Humanas. Verificou-se ainda que a discussão sobre o método apareceu de modo incipiente.

Constatou-se que existem sérias dificuldades no trabalho com as Ciências Humanas no sentido de se reconhecer um lugar para as mesmas no sistema de ensino, de delimitar seu objeto e de discutir o método científico, realizando-se uma análise científica da realidade social. Portanto, as dificuldades vão desde a definição da carga horária até a seleção de conteúdos. Os conceitos das Ciências Humanas são pouco utilizados e quando se realiza uma análise da realidade sócio-cultural, política e histórico-geográfica, o que prevalece são noções do senso-comum ou de uma visão religiosa de mundo.

Entende-se, então, que é fundamental a discussão do ensino de Ciências Humanas destacando a importância da análise científica da realidade, a delimitação do objeto e método das ciências humanas para a formação de educandos e educadores. Observou-se que há uma grande contradição quando se fala na formação para a cidadania, na construção de uma visão crítica, ao mesmo tempo em que se banaliza e se menospreza as contribuições das Ciências Humanas ao se destinar para essa área de conhecimento carga horária insignificante ou nenhuma e não se aprofundar no trabalho com seus conceitos, objeto e método.

Nesse sentido, se de fato houvesse a intenção de formar pessoas críticas e participativas com uma boa capacidade de análise da realidade, seria reservado um lugar mais ampliado e um tratamento mais respeitoso às Ciências Humanas. Assim, optou-se por realizar a discussão do ensino de Ciências Humanas destacando a importância de entendermos a grande contribuição que essas ciências tem a dar e aprofundando a compreensão de seus fundamentos.

Para tal discussão, debate-se sobre o objeto e método das Ciências Humanas; discute-se a relação entre filosofia e Ciências Humanas; destaca-se aspectos epistemológicos da constituição das Ciências Humanas; explicita-se e relacionam-se os conceitos básicos e a contribuição para análise da realidade no âmbito da Sociologia, História, Geografia, Ciência Política e Antropologia; realizam-se sessões de estudos abertas ao público interessado na temática pesquisada; publica-se sob forma de artigos ou livros o resultado dos estudos

realizados. Deste modo, visualiza-se debater sobre as áreas de conhecimento voltadas para as ciências Humanas: história, geografia, sociologia, antropologia e ciências políticas.

São discutidos aí os conceitos básicos, objeto e método e correntes de pensamento no âmbito das Ciências Humanas (Sociologia, Antropologia, Ciência Política, História e Geografia). Com relação à Sociologia são analisadas as correntes de pensamento que se constituíram posteriormente à formação do pensamento sociológico clássico. Isto porque as contribuições de Durkheim, Marx e Weber já foram objeto de estudos, portanto, a pesquisa aborda as contribuições mais contemporâneas como : a filosofia positivista e a sociologia moderna, a crítica do positivismo na filosofia de Frankfurt, o funcionalismo, o estruturalismo, o interacionismo simbólico, fenomenologia e o desenvolvimento do marxismo.

Discute-se influência do positivismo na constituição do pensamento sociológico e seus desdobramentos. O positivismo foi a base de sustentação para a sociologia apresentar análise científica dos fatos sociais e isso delimitou uma concepção de objeto e método nessa ciência, constituindo uma determinada corrente de pensamento sociológica.

Nas várias críticas feitas à concepção positivista destaca-se a contribuição da escola de Frankfurt ao colocar em debate a imposição de limites rigorosos à razão moral. A escola de Frankfurt, nesse sentido, concebia a razão como faculdade crítica que concilia o conhecimento com a transformação do mundo, estimulando, portanto, a realização e a liberdade humana.

Segundo os frankfurtianos, enquanto em Hegel a razão é considerada inerente a realidade, em Hume, Kant e na filosofia cartesiana, ela se torna uma faculdade subjetiva da mente. O sujeito individual é o único possuidor da razão e isso significa a inclusão do cálculo que relaciona os meios com os fins, o que acaba por constituir-se em um processo de instrumentalização da razão. Com isso, tem-se o predomínio da racionalidade técnica.

O triunfo da razão subjetiva significa obediência da razão ao que é dado diretamente. Nessa análise crítica do positivismo os frankfurtianos destacam a configuração de uma sociedade industrial assentada em princípios com o consumismo e o individualismo, demonstrando inclusive a constituição desses elementos na esfera da cultura que é discutida sob a perspectiva da indústria cultural. A teoria crítica dos frankfurtianos possibilita o exercício de uma rica análise sociológica.

Com relação ao funcionalismo é importante destacar como temática de estudo as suas origens, o funcionalismo como uma perspectiva de sistemas, o funcionalismo estrutural, a perspectiva não-revolucionária, a teoria da modernização e as limitações e controvérsias ao funcionalismo relacionadas.

No tocante ao estruturalismo vale afirmar que há várias concepções importantes e diferentes de estruturas nas Ciências Sociais dos séculos XIX e XX, mas na raiz das mesmas está uma relação com os modelos biológicos da realidade, sobretudo, pela influência que exerceu na formação do pensamento nas ciências sociais. Para discutirmos essa influência no âmbito da sociologia destacaremos como objeto de estudo o estruturalismo francês, o estruturalismo alemão e o estruturalismo mais recente.

Procura-se também discutir a relação entre sociologia e fenomenologia. A partir do estabelecimento dessa relação podemos detectar e caracteriza algumas correntes de pensamento sociológico, tais como: interacionismo simbólico, a etnometodologia e uma determinada sociologia do conhecimento. O que essas abordagens têm em comum é uma concepção humanista-culturalista em oposição a uma concepção positivista-naturalista. Comungam o princípio de que os seres humanos não são influenciados apenas pelos fatos sociais, eles estão constantemente modelando e criando seus próprios mundos sociais em interação com outros. Nesse sentido, tornam-se necessários métodos especiais para o estudo e entendimento desses processos singularmente humanos.

No tocante ao desenvolvimento do pensamento marxista discute-se contribuições que auxiliam na compreensão de variados aspectos da vida social, destacando-se a discussão de Lukás da ontologia do ser social e alguns conceitos de Gramsci como: hegemonia, bloco histórico, sociedade civil e sociedade política.

Diferentes da sociologia em que já foi realizado estudo acerca da contribuição dos clássicos, na Ciência Política vamos iniciar nossos estudos bibliográficos justamente pela formação do pensamento científico sobre a temática da política, tendo como marco a abordagem de Maquiavel que procura demonstrar as relações políticas constituídas pelos seres humanos em um contexto das relações sociais e de poder. Maquiavel rompe com uma abordagem moralista da política lançando bases para uma abordagem científica da mesma, portanto, pode-se considerá-lo um de seus precursores. Posteriormente, trava-se a discussão

sobre a constituição da Ciência Política na modernidade, passando necessariamente pela contribuição dos clássicos: Hobbes, Locke, Rousseau e Montesquieu.

Discute-se ainda o impacto da revolução francesa na formação do pensamento político destacando-se as reflexões de Edmund Burke, os discursos de Fichte e a discussão de Tocqueville sobre a democracia na América. São abordadas também as concepções de política presentes no pensamento socialista explicitando-se o anarco-socialismo, o socialismo utópico e o socialismo científico de Marx e Engels. Finalmente analisam-se algumas abordagens mais contemporâneas atentando-se para conceitos básicos como: Estado, governo, democracia, poder, revolução, mudança, conservação, público e privado. Destacam-se alguns nessa discussão, tais como: Norberto Bobbio, Nico Poulantzas, Anthony Giddens e Alain Bihr.

Para estudos de história, a idéia é trazer uma visão das teorias da história que revelam o pensamento histórico e os métodos utilizados na sua escrita e no estudo de seu objeto. Mas, diante da infinidade de obras que foram e que são produzidas, e que pretendem estudar o conhecimento histórico, se faz necessário um recorte. Assim, são elencados aqui autores considerados emblemáticos para as grandes mudanças ocorridas nessa área e que apontam significativas alterações na concepção de história. Os autores e obras apontam para outras que no decorrer da pesquisa, são incorporadas e estudadas.

A área da história é, sem dúvida, nas ciências humanas, a área ou a disciplina há mais tempo consolidada, uma vez que sempre se produziu história, sobretudo no que se refere a uma história narrativa que envolvia o feito dos grandes homens. Esse registro sempre foi feito. Com a emergência do positivismo vindo das ciências sociais, a história também buscou, naquele momento, um método que a consolidasse como ciência, reafirmando uma visão hierarquizada entre os personagens que faziam história. Tal contato produziu uma história conhecida como tradicional e determinista e que tem resquícios presentes até hoje inclusive nos espaços escolares. Além do positivismo, várias outras visões de ciência se fizeram presentes no pensamento histórico.

Há diversas formas de entender a História: autores clássicos como Vico e Toynbee e a teoria dos ciclos na história, ou a visão de história vista como os feitos dos grandes personagens, história dos modos de produção e ainda teorias da vida cotidiana.

Foi com a teoria econômica marxista que a história deu sua primeira reviravolta, surgindo daí a conhecida “história marxista”, tendo como obras fundantes, dentre tantas produzidas por Marx, como o Dezoito de Brumário ou, as Teses sobre Feuerbach que apontam desde ali diretrizes para uma história com forte tendência econômica, pautada no materialismo histórico. A visão marxista põe no centro da história não mais apenas os grandes homens da história. Inaugurando categorias de análise como, modos de produção, dialética, lutas de classes entre outras, modificou-se definitivamente a visão de história. No que se pode chamar de visão marxista há muitas vertentes que tentam, cada qual a seu modo “escovar a história a contrapelo”, como nos aponta Walter Benjamin. Dentre as diversas vertentes marxistas que contribuíram para uma leitura crítica da realidade histórica, destacam-se autores da Escola de Frankfurt e outros teóricos como o italiano Antônio Gramsci e ainda o francês nascido na Argélia, Louis Althusser.

Dezenas de autores são fundamentais para a consolidação do marxismo na área de história, sobretudo a escola inglesa, com destaque a historiadores britânicos (alguns denominados neo-marxistas) como: Eric Hobsbawm, Edward Palmer Thompson, e Christopher Hill, que “já tinha o olho para o detalhe”. Produziram um olhar mais apurado para uma “História Social”, que focava seus interesses principalmente na organização das classes populares e das classes trabalhadoras, suas lutas e suas ideologias. Esses autores arjaram a história com novos objetos e novas abordagens de temas tratados pela história política, que a essa altura já era .não contemplava a complexidade que muitas situações históricas apresentavam, reduzindo-as a “um simples jogo de poder entre grandes – homens ou países – ignorando que, aquém e além deles, se situavam campos de forças estruturais, coletivas, individuais que lhe confeririam densidade e profundidade incompatíveis como que parecia ser a frivolidade dos eventos”(BURKE, 1997).

No início do século XX, é em um território francês que a História irá tremer. Autores franceses propuseram rupturas com tudo que estava estabelecido, delineando uma mudança de paradigma na ciência histórica, tanto no que se refere a um diálogo mais próximo entre as áreas que estavam todas compartimentadas e isoladas, para com isso ampliar o que seria denominado fazer histórico, como uma multiplicidade de possibilidades no campo de estudo da história e na busca do entendimento da complexidade da realidade e do homem. Apontava, assim, para uma história total, onde tudo é passível de um estudo histórico. Para isso, foi

necessário também romper com a visão tradicional de história, que acreditava na ciência histórica como uma ciência objetiva, e se fundamentava apenas nos documentos oficiais.

O diálogo com as outras áreas do conhecimento e a possibilidade de descompartmentalização das mesmas, na história, foi proposta pelo movimento que ficou conhecido como “História Nova”, que além da referida aproximação incentivava a inclusão de novas temáticas a serem estudadas na área de história, essa ação foi realizada e expandida em função da publicação da revista dos Annales, cujos criadores são Marc Block e Lucien Febvre, que procuravam combater a história historicizante e propor uma “história problematizadora do social preocupada com massas anônimas, seus modos de viver, de sentir de pensar” (VAINFAS, 2002).

Como tudo é história, começa uma profusão de correntes historiográficas, e uma clara disputa entre macro-história, que produz Nova História, Micro-História, História das Mentalidades, História Oral, História Cultural, Nova História Cultural. No decorrer da pesquisa nós desvendaremos os caminhos e os descaminhos das mais diversas correntes da historiografia, observando as mudanças epistemológicas, no objeto, nos métodos, nos procedimentos e no reconhecimento dos mais diversos materiais como documentos.

Como já foi explicitado nas outras disciplinas das ciências humanas, na geografia também fazemos um levantamento bibliográfico que contempla-se as principais mudanças na área, desde o seu surgimento como disciplina acadêmica e área de conhecimento científico, até o desvelamento do seu uso como importante instrumento político e de manutenção de poder. Para tanto, elencamos um conjunto de obras de referência sobre a geografia nas suas diversas dimensões.

As obras selecionadas dão uma pequena amostra das mudanças ocorridas na área, e enfocam tanto a tradição geográfica quanto o que há de mais recente no tratamento do objeto de estudo. Certamente esta pesquisa nos possibilita acompanhar o desenvolvimento da disciplina e os resultados mais fluidos dos diálogos com as outras áreas das ciências humanas.

A geografia, muito mais do que outras áreas das ciências humanas, sofreu uma grande influência das teorias determinadas positivistas, estando fundamentadas, por muito tempo, numa longa naturalização do homem, uma vez que este era tomado apenas como mais um elemento da natureza. Os estudos da geografia se restringiam aos aspectos da natureza que

fossem visíveis, os quais eram possíveis de classificar, descrever e enumerar, ou seja, um compromisso apenas com a objetividade científica.

O fato de a geografia considerar prioritariamente, como seu objeto, os elementos da natureza e os fenômenos por ela produzidos, fez com que o campo se mostrasse fértil à concepção empirista de ciência, em função do uso da observação e das sensações para o estudo de tais fenômenos. Mas diante dessa ampla área na qual a geografia se configura, por muito tempo essa área de conhecimento foi apontada como uma ciência sintética, na medida em que se utilizava de várias outras ciências para explicar os fenômenos por ela estudados.

A geografia carrega no seu interior algumas categorias que permitem uma série de interpretações. Podemos destacar, dentre outras, a “Paisagem”, que além de se pretender como estudo dos aspectos visíveis do real está presente no estudo de diversos fenômenos, ora nos seus aspectos morfológico, ora nos seus aspectos fisiológicos. Outro ponto relevante da geografia é o interesse pela individualidade dos lugares, suas particularidades, a busca pelo que há de singular em cada parte do planeta. Tal interesse aponta para a chamada Geografia Regional, pautada muitas vezes no estudo das diferentes áreas, e que geralmente se fundamentava em estudos comparativos, por meio do qual se pretendia chegar a individualidade pela diferença.

Uma categoria fundamental no campo da geografia, é o Espaço. Essa certamente é uma das categorias mais difíceis de ser explicada e, por isso, mais aberta à diferentes interpretações, uma vez que traz à geografia elementos para reflexão, que a levam para além da empiria. O espaço, muitas vezes se apresenta como uma categoria que tem a natureza e uma dinâmica própria que implica na distribuição e localização dos fenômenos.

A geografia conhecida como pragmática tentou, a todo custo, se distanciar da chamada geografia tradicional ou positivista, e veio trazer a discussão da geografia como instrumento de intervenção e mais fortemente a idéia de uma disciplina aplicada, via planejamento, o que é de grande utilidade para a expansão capitalista. Com o desenvolvimento capitalista, aparece, também, uma reação à idéia de geografia a serviço do poder, surgindo, portanto, uma geografia pautada na denúncia e que se utiliza de explicações mais filosóficas para um diagnóstico da realidade.

Agora o alerta está ligado para denunciar o imperialismo, para denunciar as contradições sociais. Os autores que dão vida a essas reações e denúncias são Lacoste e Lefebvre. O primeiro chama a atenção para a idéia de que a “Geografia, serve antes de mais nada, para fazer a guerra”, ou seja, gemina aí a idéia da geografia como prática social, ou ainda, a geografia renovada baseada nas teorias marxistas, assim como a geografia crítica, que chamou a atenção para o estudo do espaço reelecionando-o às temáticas como ideologia, produção, reprodução, e ainda à cidade e à história.

A renovação da geografia se afirma no Brasil com a obra de Milton Santos, primeiramente com o Livro “Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica” (SANTOS, 1978) dando início a uma larga e importante produção bibliográfica, na qual a historicidade do espaço toma corpo. Autores como Quaini, com o livro Marxismo e geografia (1979), e outros, dão o tom da geografia crítica. É claro que esse diálogo entre a geografia e o marxismo trás modificações no método e no objeto do estudo geográfico, e são essas modificações que nos interessa desvendar nessa pesquisa.

Autores com David Harvey (sd), com o livro “A condição pós-moderna”, ou ainda Edwar W. Soja (1993), com “Geografia Pós-moderna”, produzem uma reinvenção da leitura marxista do espaço geográfico, e trazem uma nova relação entre teoria crítica e o espaço.

Por fim, não há como ignorar a profusão de diálogos realizados não só com a economia e a história, mas também com a antropologia, de onde gemina a chamada Geografia Cultural, que hoje tras mais uma nova vertente conhecida como a “nova geografia cultural”, a qual faz uma leitura cultural do espaço e se interessa por uma paisagem cultural que tem diversas ramificações como: paisagens alternativas, paisagens residuais, dentre outras, sempre buscando as “diversas facetas da cultura em suas dimensões espaciais”. Nessa corrente da geografia deve ser dado destaque para autores com Paul Claval e Denis Cosgrove, nomes que só recentemente têm sido estudados pelos geógrafos brasileiros.

Uma pesquisa bibliográfica precisa tomar bastante cuidado na escolha das obras para leitura. Vale ressaltar que o interesse aqui é sempre acompanhar as mais importantes mudanças ocorridas no campo da geografia e, quando possível, estabelecer relações com as outras disciplinas da área de ciências humanas e suas respectivas transformações. Assim, cabe o alerta de Milton Santos (1997), quando diz: “Em tempo acelerados, e diante da rapidez dos eventos, o que parecia verdade estabelecida muitas vezes se desmancha no ar e o saber parece

cada vez mais fluído”. Dessa maneira, ampla produção geográfica e as múltiplas compreensões dos geógrafos e suas diversas escolhas é o que tenta-se entender e acompanhar nessa pesquisa.

Com relação à Antropologia, entende-se a mesma como área do conhecimento que visa compreender a existência humana em todos os seus aspectos, no espaço e no tempo, ou seja, nas manifestações culturais, do comportamento e da vida social e numa dimensão filosófica.

Pode-se considerar que após a revolução iluminista, sobretudo, sob o olhar de mitos autores a antropologia se definiu como disciplina, ou seja, a partir de debates acerca de seu objeto e método de conhecimento. Nesse sentido, a antropologia durante sua formação desenvolveu um saber particular, construindo conceitos, discussões teóricas e metodologias como: alteridade, etnografia, natureza e cultura, etnocentrismo, relativismo e representações. Constata-se que nas primeiras décadas de sua formação como disciplina a antropologia esteve ligada aos interesses de Estado na consolidação das ambições de governos, sobretudo, sendo utilizada para práticas colonialistas.

Os estudos bucam os pressupostos de Claude Lévi-Strauss na discussão da Antropologia Cultural, como ferramenta de compreensão do homem. Com a publicação de “O Pensamento Selvagem” Lévi-Strass demonstra que os homens, em todas as culturas estabelecem processos cognitivos e que a utilidade é uma consequência da busca do conhecimento.

O estruturalismo no âmbito da antropologia possui como base de conhecimento as regras estruturantes das culturas presentes na mente humana, isto é, a definição da distinção “natureza em relação à cultura”. O trabalho nessa linha de raciocínio utiliza como fundamento a teoria do parentesco-lógica do mito-classificação primitiva. Lévi-Strauss é um dos representantes dessa linha de conhecimento. Para ele, a etnografia corresponde aos primeiros estágios de pesquisa: observação, descrição e trabalho de campo. A etnologia seria um primeiro passo em direção à etnografia e da etnologia.

Discute-se a antropologia francesa do século XIX, onde os fundamentos desse período remontem-se à construção da definição dos fenômenos sociais como objetos de investigação,. Destacamos a contribuição de Émile Durkheim e Marcel Mauss.

Destacamos ainda o funcionalismo de Malinowski e Radcliffe Brown, por representar uma importante reação às teorias evolucionistas, sugerindo estudar as sociedades como um sistema coerentemente integrado de relações sociais. O desenvolvimento do funcionalismo foi um marco no âmbito da antropologia pois trouxe um novo centro de referência que é sempre a sociedade estudada pelo investigador. Deste modo, o foco não é mais a Europa e seus costumes, mas a própria sociedade e cultura em análise.

Os estudos aqui evidenciados têm, portanto, papel fundamental nas discussões de ciências humanas. Para a área de sociologia, torna-se premente que tais investigações se façam, tendo em vista o andamento das discussões e das disposições dos currículos escolares. É esse então, o caminho encontrado pelo GEPECH para a inserção da sociologia como área de conhecimento fundamental na formação humana. Na disciplina de sociologia, trabalhada no primeiro ano do curso de pedagogia, estas questões referentes à sociologia são postas em debate. No segundo ano, na disciplina de Fundamentos e Metodologia de Ciências Humanas, as categorias fundamentais de ciências humanas são problematizadas. Desse modo, imagina-se abrir espaço para novas formas de investigar a sociologia como uma das categorias importantes na formação de alunos e professores.

Bibliografia Utilizada:

BLOCK, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BURKE, Peter (org.) **A Escrita da História**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. **A Escola dos Annales**. São Paulo: Unesp, 2002.

_____. **História e Teoria Social**. São Paulo: Unesp, 2002.

CLAVAL, Paul. **A nova geografia**. Coimbra: Almeida, 1982.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Ed. Loyola, 1993.

HOBBSAWN, Eric. **Sobre a História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBBS, Thomas. **Do Estado. Coleção os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

LACOSTE, A **Geografia, serve antes de mais nada, para fazer a guerra**. São Paulo: Papirus, 1988.

LEFEBVRE, Henry. **A Re-produção das relações de produção**. Lisboa: Escorpião, 1973.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Hemus, 1997.

MARX, Karl. **O Dezoito de Brumário de Luíz Bonaparte**. Obras Escolhidas. Vol.1. São Paulo: Alfa-Omega, sd.

_____. **As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850**. Obras Escolhidas. Vol.1. São Paulo: Alfa-Omega, sd.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. Da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: HUCITEC, 1978.

SOJA, Edmund. **Geografias Pós-modernas: reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: ed. Zahar, 1993.

VAINFAS, Ronaldo. **Micro-história: os paradigmas anônimos da história**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.